

Filipinas consegue taxa menor

Roberto Garcia

Correspondente

Washington — Os grandes bancos particulares parecem prestes a fazer nova e substancial concessão a um país devedor nas negociações atualmente em andamento em Nova Iorque. Segundo fontes bancárias americanas, o ministro das Finanças das Filipinas, Jaime Ongpin, deverá conseguir uma redução da taxa de risco que incide sobre a dívida externa de 9 bilhões de dólares. A comissão de 12 grandes bancos que representam todos os 483 credores privados daquele país asiático parece inclinada a aceitar uma taxa de risco de apenas 0,625%, sempre que esses bancos exigirem pagamento em dólares dos juros da dívida.

O governo da presidente Corazon Aquino havia suspenso as negociações da dívida por quase três meses porque os bancos credores, especialmente o Citibank, recusavam-se a reduzir a taxa de risco que cobram adicionalmente à taxa flutuante de juros que incide sobre a dívida externa do país. Aquino insistia numa taxa de risco muito inferior a 1% mas os bancos insistiam em receber pelo menos 1,25%.

Segundo uma proposta feita pelo Ministro Ongpin, o governo filipino pagaria em dólares a taxa cobrada para empréstimos entre bancos (uma taxa flutuante determinada pelo custo do dinheiro levantado pelos bancos na praça de Londres, também chamada taxa Libor). A taxa de risco (que é o lucro dos bancos) seria também variável: se os credores

quiserem receber em dólares, essa taxa seria de apenas 0,625%. Mas se estivessem dispostos a receber em obrigações do Tesouro filipino, resgatáveis em seis anos, a taxa de risco subiria para cerca de 1,125%.

Segundo a proposta filipina, as obrigações do tesouro do país não renderiam juros, seriam denominadas em dólares americanos e poderiam ser resgatadas a qualquer momento antes de seu vencimento, pelo seu valor nominal em pesos filipinos, à taxa predominante no dia do resgate. Os bancos também poderiam vendê-las a outros bancos ou investidores que necessitarem de pesos filipinos.

Segundo Ongpin, no fim de cada trimestre, quando os juros da dívida têm que ser pagos, os bancos credores poderiam escolher entre as duas alternativas. Se insistissem em receber em dólares, teriam que se conformar com a taxa de risco de 0,625% que seria a mais baixa cobrada a um país em desenvolvimento. Se preferissem reinvestir na economia filipina os juros a que tem direito, os bancos receberiam uma taxa de risco maior, mas na moeda do país.

O esquema é um estímulo à conversão da dívida em participação acionária nas empresas ou na economia das Filipinas. Ele foi usado inicialmente no Brasil e no Chile e parece agora estar se generalizando. Num telex enviado no fim do mês passado aos bancos credores, o governo brasileiro manifestou a disposição de estimular um "programa dinâmico de conversão da dívida em participação acionária".